

# NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 15/Jun



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2585/2021



## DIA INTERNACIONAL DA JUSTIÇA – 2021



O Dia Internacional da Justiça para trabalhadores do setor de Limpeza e Segurança Privada ocorre no dia 15 de junho de cada ano.

Os sindicatos escolheram este dia como símbolo da luta destes trabalhadores que fazem parte das categorias mais mal pagas de nossa sociedade.

As ações acontecem em todo o mundo neste dia. Erguendo os punhos com luvas e chaves de limpeza, nos unimos para exigir respeito, salários dignos e cargas de trabalho dignas.

Os últimos 18 meses mostraram ao mundo que sem faxineiros, seguranças e trabalhadores de manutenção de edifícios tudo desmorona. Esses trabalhadores assumiram riscos à saúde

para manter nossas economias passando pela pandemia. Eles merecem um salário justo, saúde, condições seguras de trabalho, proteção no emprego, respeito e bons empregos.

Eles são essenciais para a nossa saúde e para a nossa economia.

As hashtags deste ano são: #RespectProtectPayUS # JUSTICEDAY2021.

Use-os para todas as suas postagens nas redes sociais.

Não se esqueça de seguir nossa página no Facebook: <https://www.facebook.com/UNIJusticeDay>

FONTE: UNI com alterações da CNTV

# Salários em baixa e inflação em alta derrubam poder de compra dos trabalhadores



Enquanto a inflação dispara - em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial, registrou a maior alta em 25 anos -, os salários encolhem e reduzem drasticamente o poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras, revelam os dados do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), e do Salariômetro, da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

De acordo com o estudo, publicado pela Folha de S. Paulo, pelo quarto mês seguido, mais da metade das negociações fechadas entre sindicatos e empresas nos acordos e convenções de categorias com data-base em abril resultaram em reajustes menores do que a inflação acumulada em um ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), índice usado como referência para essas negociações.

Em abril, o reajuste médio dos salários ficou em 5,6%, enquanto o INPC acumulado em 12 meses até março, foi de 6,9%.

De janeiro a abril, a variação real média ficou negativa em 0,57% e metade dos reajustes resultou em perdas iguais ou superiores a 0,18% para os trabalhadores, segundo o Dieese.

Somente 12,3% das negociações fechadas no período garantiram reajustes acima da inflação. Quase seis em dez (58,7%) terminaram com índices inferiores ao da inflação, ou seja, com perda no poder de compra.

O setor de serviços foi o que registrou o maior número de acordos com reajuste abaixo do INPC. No primeiro quadrimestre de 2020, 71,7% das negociações não chegaram a repor as perdas da inflação. Na indústria, o percentual foi de 46,8%, e de 35,9% no comércio, segundo o Dieese.

A escalada da inflação deve agravar ainda mais as condições para as negociações e coincide com um período de concentração de datas-base, que é o mês de maio, quando, no dia 1º, se comemora o Dia do Trabalhador, ainda segundo a reportagem

As categorias que estão em negociação precisarão de reajustes de pelo menos 7,59% para compensar o INPC acumulado em 12 meses até abril.

Em maio, o índice chegou a 8,9% - o índice apura a variação de preços e os pesos das despesas para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos, e é o mais usado nas negociações de reajuste.

Foto: Roberto Parizzotti

Fonte: CUT

# Bancários promovem ato contra a MP 1052 e em defesa do Banco da Amazônia



A manhã desta quinta-feira (10/6) foi marcada por atos dos bancários em defesa do Banco da Amazônia e do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), ameaçados pela Medida Provisória 1052. As atividades foram em parceria com as Associações dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA) e Sindicatos dos Bancários nos estados onde existem agências do Banco.

Em Rondônia o ato foi realizado em frente à principal agência do Banco da Amazônia, na avenida Sete de Setembro com Salgado Filho, e também na agência da avenida Pinheiro Machado, ambas no Centro de Porto Velho, e contou com a participação dos empregados.

Porque somos contra a MP 1052

A Medida Provisória (MPV) 1052, publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio, promove mudanças devastadoras nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), em especial para a economia da região de atuação destas instituições públicas. As alterações atingem a sustentabilidade não só destes fundos, mas também dos bancos públicos que os administram.

Os fundos foram criados para contribuir com o desenvolvimento destas regiões, reduzir desigualdades e, entre outras coisas, evitar a fuga populacional para locais mais desenvolvidos. Mas as mudanças apresentadas pela MP objetivam reduzir a taxa de administração

cobrada pelos bancos e, assim, estas instituições deixam de ter uma importante fonte de recursos para os empréstimos regionais que concedem.

O Banco da Amazônia é quem administra os recursos do FNO. Nele, 85,5% das operações de empréstimos são com recursos do FNO, com taxa de 2%, o que gerou uma receita aproximada de R\$ 767 milhões. Com a MP 1052/2021, a taxa de administração passaria para 1% em julho deste ano, e perderia 0,1% a cada ano, até alcançar o patamar de 0,5%, em 2026.

Na prática, a MP 1052/2021 poderá acarretar:

- Fechamento de agências, pois o custo de manutenção é alto, e com o corte na taxa de administração, as agências físicas podem ser as primeiras a sofrerem cortes;
- Crédito mais caro, pois a perda desses recursos poderá fazer com que o Banco encareça o empréstimo a pequenos empresários e produtores, o que nos preocupa muito, afinal, atualmente o custo é relativamente baixo, o que ajuda a acelerar o crescimento dos microempreendedores, além de ser uma fonte

de crédito de vital importância para a Região;

- Alteração de prioridades do Banco, que hoje é de fomento ao desenvolvimento da nossa Região, e poderá passar a ser, principalmente, uma corrida pelo lucro na tentativa de garantir a estabilidade financeira.

“Reduzir a taxa de administração e aumentar o percentual de risco das operações realizadas com recurso do FNO, é tirar a sustentabilidade da instituição. Esse ataque, através dessa MP, nada mais é do que o início de um processo de desmonte. Não podemos deixar a MP passar, e vamos pressionar os parlamentares para que ela não seja tratada como emenda. Pedimos ainda que os trabalhadores e a sociedade da região Norte participem da consulta pública no site do Senado Federal e vote NÃO. A MP 1052 deve cair”, destaca Ricardo Vitor, diretor de Saúde do Sindicato dos Bancários e Trabalhadores do Ramo Financeiro de Rondônia (SEEB-RO) e empregado do Banco da Amazônia.

Fonte: Seeb-RO, com informações do Seeb-PA

## Carrefour fecha acordo de R\$ 115 milhões para combate ao racismo após morte de Beto Freitas

O Carrefour pagará R\$ 115 milhões para a divulgação de ações de enfrentamento ao racismo, em razão da morte de João Alberto Silveira Freitas, no dia 19 de novembro de 2020, no estabelecimento situado da zona norte de Porto Alegre.



As medidas estabelecidas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) não interferem nos demais compromissos públicos assumidos pelo Carrefour ou de reparação à família de João Alberto Silveira de Freitas, e se restringem

aos procedimentos e ações relacionados no acordo, no âmbito das atribuições dos órgãos públicos signatários e a título coletivo.

Conforme o acordo, caberá ao Carrefour a adoção e execução de um plano antirracista

a partir da criação de ações que vão desde protocolos de segurança, relações de trabalho, canal de denúncias, treinamentos para dirigentes e trabalhadores em relação a atos de discriminação e no que consiste ao racismo estrutural, compromissos em relação à cadeia ou rede de fornecedores, até a reparação de danos morais coletivos.

O valor acordado terá como destino iniciativas como a oferta de bolsas de educação formal (R\$ 74 milhões), contribuição para projeto museológico, campanhas educativas e projetos sociais de combate ao racismo (R\$16 milhões), além de projetos de inclusão social (R\$ 10 milhões), entre outras.

O acordo do Carrefour foi assinado com o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS), o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Defensoria Pública do Rio Grande do Sul (DPE-RS), a Defensoria Pública da União (DPU) e as entidades Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes, e o Centro Santo Dias de Direitos Humanos.

A negociação foi concluída nesta sexta-feira (11). As medidas acordadas serão fiscalizadas pelos órgãos comprometentes, verificadas por auditoria externa independente e aquelas destinadas à seleção de projetos e concessão de bolsas implementadas por meio de editais públicos.

### O crime

João Alberto Silveira Freitas foi espancado até a morte nas dependências de um supermercado do grupo Carrefour, em Porto Alegre, no dia 19 de novembro. Ele fazia compras com a esposa quando foi abordado violentamente por dois seguranças no estabelecimento, foi agredido com chutes e socos por mais de cinco minutos, sufocado e não resistiu.

O espancamento foi registrado em vídeo por uma câmera de celular. A morte violenta de João Alberto ganhou ainda mais destaque na mídia porque ocorreu às vésperas do Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro.

Logo após o crime, houve a propositura de ação civil pública pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Educafro e Centro Santo Dias, bem como a instauração de procedimentos administrativos pelos demais órgãos públicos, que resolveram se reunir para buscar uma atuação conjunta que resultasse em medidas concretas em prol dos direitos humanos e contra práticas racistas, passando a negociar com o Grupo Carrefour um possível acordo.

Para os órgãos públicos comprometentes, o acordo nos patamares negociados simboliza resposta relevante à sociedade e fixa um importante paradigma para o enfrentamento ao racismo e aplicação dos direitos humanos ao setor privado.

Fonte: Sul21

## Dirigente sindical da CUT é reeleito no Conselho de Administração da OIT

**“Vamos continuar denunciando os ataques e violações trabalhistas no Brasil e defendendo a própria OIT, que está sob ataque do capital”, disse Antonio Lisboa, que representa a CUT na OIT**



O secretário de Relações Internacionais da CUT, Antonio Lisboa, foi reeleito, neste domingo (13), para o Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), braço da Organização das Nações Unidas, responsável pela elaboração e controle de execução de políticas e programas relacionadas

Reprodução

ao mundo do trabalho, especialmente no que se refere ao cumprimento das normas internacionais.

Entre as metas de atuação a CUT na OIT para o próximo período, Lisboa destaca a defesa da negociação coletiva e da representação sindical, atacadas no Brasil desde o governo de Michel Temer (MDB), com a reforma Trabalhista e agora, com Jair Bolsonaro (ex-PSL)

“A CUT continuará a defender os interesses dos trabalhadores trabalhadoras na OIT, especialmente no que diz respeito ao direito de greve e à negociação coletiva”, afirma o dirigente.

Outra meta de Lisboa é defender, junto com os demais conselheiros, a própria OIT.

## **A OIT está sob ataque do capital, das transnacionais, a quem não interessa que trabalhadores sejam tratados de forma digna, com direitos, por isso a defesa da própria OIT, neste momento é essencial- Antonio Lisboa**

Lisboa foi eleito no Conselho pela primeira vez, em 2014, quando obteve expressiva votação, sendo o quarto mais votado.

Um dos destaques da sua atuação foi a denúncia de violações trabalhistas no Brasil. Recentemente, no início da 109ª Conferência da OIT, o dirigente enumerou uma série de ataques do governo Bolsonaro aos trabalhadores.

De perseguições a sindicalistas ao descaso com a pandemia do novo coronavírus, às

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

violações aos direitos dos trabalhadores e ao povo indígena brasileiro, Lisboa revelou ao mundo um retrato do que o governo de extrema direita faz no Brasil.

Antes, em 2019, na 108ª Conferência, Lisboa também havia denunciado os efeitos da reforma Trabalhista do governo de Michel Temer, afirmando que nenhuma das promessas embutidas na reforma – modernizar o sistema de relações do trabalho, criar empresas, fomentar a negociação e combater a informalidade – foi cumprida. Ao contrário, o país viu aumentar o número de desempregados, do trabalho informal e do desalento.

### **O Conselho**

Órgão executivo da OIT, o Conselho se reúne três vezes ao ano, nos meses de março, junho e novembro para discutir e tomar decisões sobre a política da OIT. Além disso, determina a agenda para a Conferência Internacional do Trabalho e elege o Diretor-Geral da organização.

O Conselho é composto por 56 membros titulares (28 Governos, 14 Empregadores e 14 Trabalhadores), além de 66 membros suplentes.

Dez das cadeiras do governo estão reservadas para os membros de países com maior importância industrial (Alemanha, Brasil, China, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, Reino Unido e Federação Russa).

As eleições são para o Conselho são realizadas de três em três anos.

Fonte: CUT

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF